



Lifecenter Sistema de Saúde S.A.

CNPJ 04.123.021/0001-55



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: A Lifecenter Sistema de Saúde S.A. faz parte do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica, o Grupo possui uma rede de hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, combinando oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A Cultura do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial. > **Capacidade Financeira:** A Companhia finaliza o ano de 2023 com R\$ 3,7 milhões em caixa (R\$ 1,2 milhões em 2022) localizado principalmente em Caixa e equivalentes de caixa. > **Qualidade Assistencial e Sustentabilidade:** Mudanças disruptivas em nosso setor estão acontecendo e estamos

conscientes de que para uma história corporativa de sucesso, a inovação é um fator-chave. Sendo líderes em saúde, acreditamos que o uso e aprimoramento de novas tecnologias no Grupo Hapvida NotreDame Intermédica pode promover mais saúde às pessoas, melhorar a qualidade assistencial, promover a eficiência em custos, e, consequentemente, aumentar a acessibilidade e a experiência dos clientes e beneficiários. > **Performance do resultado:** Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 119,5 milhões em 2023 (R\$ 167,3 milhões em 2022), uma redução de 29% em comparação ao exercício anterior. Os custos dos serviços prestados apresentaram redução de 7% quando comparado ao exercício de 2022. O prejuízo líquido da Companhia foi de R\$ 34,7 milhões em 2023 (R\$ 18,3 milhões em 2022). > **Considerações**

finalis: A Companhia, e o Grupo Hapvida NotreDame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre. A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2023 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais stakeholders e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Administração

Ativo	Notas	31 de dezembro de		Passivo e patrimônio líquido	Notas	31 de dezembro de	
		2023	2022			2023	2022
Circulante		37.551	18.328	Circulante		16.148	25.321
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.670	1.191	Fornecedores		2.138	16.625
Contas a receber de clientes	5	25.721	8.489	Salários a pagar		6.229	5.849
Estoques		3.404	6.695	Tributos e encargos sociais a recolher	12	2.732	936
Créditos tributários e previdenciários	6	1.291	958	Empréstimos e financiamentos		-	216
Outros ativos	7	3.465	995	Arrendamentos	13	1.804	1.608
				Outros passivos		3.233	87
Não circulante		125.809	120.270	Débitos de operações de assistência à saúde		12	-
Realizável a longo prazo		23.372	19.021	Não circulante		56.038	52.833
Impostos diferidos ativo	8	5.542	7.878	Impostos diferidos passivos		143	-
Depósitos judiciais e fiscais	9	2.416	1.391	Provisões para ações judiciais	14	2.846	3.436
Outros ativos	7	15.414	9.617	Arrendamentos	13	53.048	49.338
Investimentos		135	135	Outros passivos		1	59
Imobilizado	10	55.319	56.473	Patrimônio líquido		91.174	60.444
Direito de uso	10	46.724	44.297	Capital social	15	275.718	262.218
Intangível	11	259	479	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		55.500	3.500
Total do ativo		163.360	138.598	Reservas de lucros		(240.044)	(205.274)
				Total do passivo e do patrimônio líquido		163.360	138.598

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
				Legal	Lucros a realizar		
		189.118	-	-	-	(199.686)	(10.568)
Aumento de capital		73.100	-	-	-	-	73.100
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.500	-	-	-	3.500
Lucros/Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(18.369)	(18.369)
Ajuste a valor justo		-	-	-	-	12.781	12.781
Saldo em 31 de dezembro de 2022		262.218	3.500	-	-	(205.274)	60.444
Saldo em 31 de dezembro de 2022		262.218	3.500	-	-	(205.274)	60.444
Aumento de capital	15	13.500	-	-	-	-	13.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	52.000	-	-	-	52.000
Lucros/Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(34.770)	(34.770)
Transferência para reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	34.770	34.770
Saldo em 31 de dezembro de 2023		275.718	55.500	-	-	(205.274)	91.174

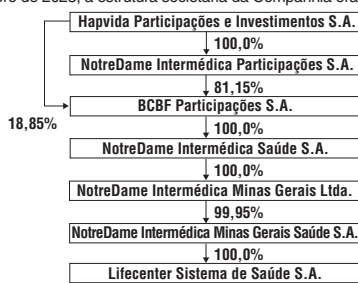
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Expresso em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Lifecenter Sistema de Saúde S.A. ("Hospital", "Lifecenter" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social em Belo Horizonte - MG. A Companhia tem por objeto social a exploração do hospital instalado no conjunto denominado Lifecenter, composto de serviços médicos hospitalares. O Lifecenter, constituído em 2 de outubro de 2000, esteve em período pré-operacional até 31 de outubro de 2002, efetuando a adequação do Hospital Lifecenter para o atendimento ao público. Em 2013, as ações do Hospital Lifecenter eram detidas pelo Life Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes ("Life Fundo") que tinha a seguinte composição acionária: Fundação BDMG de Seguridade Social (Desban), Instituto UFV de Seguridade Social (Agros), Unimed Belo Horizonte - Cooperativa de Trabalho Médico e Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz). O Life Fundo era um fundo mútuo de investimento em empresas emergentes constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por seu regulamento, pela Instrução CVM nº 209/94 e pelas disposições legais e regulamentares que lhe foram aplicáveis. Em 7 de fevereiro de 2014, foi constituído pelos acionistas do Hospital um novo fundo na forma de condomínio fechado, regido por seu regulamento próprio, com base na instrução normativa CVM 391 e demais legislação aplicável nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409. Este novo fundo chamado Minas Gerais Fundo de Investimento em Participações passou a possuir ações do Lifecenter, tendo em vista a extinção do Life Fundo, considerando a expiração do seu prazo legal de duração. Em janeiro de 2021 a NotreDame Intermédica fez a aquisição do Hospital, passando a deter, de forma indireta, 100% (cem por cento) das ações do Hospital Lifecenter. Uma demonstração da continuidade da estratégia de crescimento e de fortalecimento da rede própria, impulsionando a presença do Grupo no Estado de Minas Gerais e reforçando o compromisso com a criação de valor para nossos acionistas, clientes e sociedade. Em fevereiro de 2022, ocorre a combinação de negócios Hapvida Participações e Investimentos S.A. e NotreDame Intermédica Participações S.A. Com essa operação a Companhia passou a fazer parte do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica (Grupo).

2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



3. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sumarizadas na nota 05. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 05. • **Conversão de Moeda Estrangeira:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. • **Uso de Estimativas e Julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 05 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber.** Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes. • **Nota explicativa nº 13 - Arrendamentos** a pagar. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendamento é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. • **Nota explicativa nº 14 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.** A Companhia é parte em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. • **Nota**

explicativa nº 08 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: realização e disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas. b) **Incertezas sobre premissas e estimativas críticas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias da Companhia. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Com base em premissas, a Companhia realizou estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com possibilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir: • **Nota explicativa nº 05 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber.** Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício. • **Nota explicativa nº 13 - Arrendamento a pagar.** Determinação do prazo de arrendamento e definição da taxa de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. • **Nota explicativa nº 14 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.** A Companhia é parte em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. • **Nota explicativa nº 08 - Imposto de renda e contribuição social diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas. • **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. • **2.4 Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • **Mensurados ao valor justo** (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • **Mensurados ao custo amortizado.** A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • **Títulos patrimoniais** que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante. • **Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.** A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • **Investimentos patrimoniais** mantidos para negociação; • **Investimentos patrimoniais** para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • **2.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. • **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços hospitalares prestados a seus clientes no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "Impairment"). • **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo custo médio ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio ponderado. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques usando-se o custo médio ponderado e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Companhia (órgãos e próteses, materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.). • **2.8 Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Em algumas situações, a Companhia questiona a legitimidade de ações judiciais e por estratégia da administração ou por ordem judicial valores são depositados em juízo sem a caracterização de liquidação do passivo, proporcionando à Companhia o questionamento das ações. Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos. • **2.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida.

	Nota	31 de dezembro de	
		2023	2022
Receita operacional líquida	16	119.501	167.341
Custos dos serviços prestados	17	(157.134)	(168.879)
Lucro Bruto		(37.633)	(1.538)
Despesas administrativas	18	(429)	(12.386)
Reversão/Constituição de perda para recuperabilidade sobre créditos	19	3.874	-
Outras receitas, líquidas		5.571	-
Resultado antes do resultado financeiro		(28.617)	(13.924)
Resultado financeiro, líquido	20	(3.910)	(7.045)
Receitas financeiras		1.626	1.476
Despesas financeiras		(5.536)	(8.521)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(32.527)	(20.969)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		177	2.777
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(2.420)	(177)
Prejuízo líquido do exercício		(34.770)	(18.369)

	Nota	31 de dezembro de	
		2023	2022
Prejuízo do exercício		(34.770)	(18.369)
Ajuste a valor justo		-	12.781
Total do resultado abrangente do exercício		(34.770)	(5.588)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Expresso em milhares de Reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(34.770)	(18.369)
Prejuízo líquido do exercício		(34.770)	(18.369)
Depreciação e amortização	10 e 11	3.624	3.475
Amortização direito de uso	10	3.489	2.649
Provisão para contingências	14	569	462
Atualização monetária depósitos judiciais	9	(247)	(137)
Atualização monetária contingência	14	(371)	-
Provisão para devedores duvidosos e glosa		-	11.256
Provisão para estoques		-	316
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		-	3.318
Juros sobre arrendamento mercantil	13	5.158	4.522
Despesas de imposto de renda e contribuição social	8	2.479	(2.777)
Provisão (Reversão) com perda de recuperabilidade sobre créditos	5	(3.874)	-
Baixa imobilizado/intangível	10 e 11	6	-
Outros		(2.816)	-
(Aumentos) Reduções dos ativos operacionais		(26.754)	(4.715)
Contas a receber de clientes	5	(13.358)	(6.206)
Estoques		3.291	(276)
Impostos a recuperar		-	(101)
Demais contas a receber e despesas antecipadas		-	642
Créditos tributários e previdenciários	6	(333)	-
Depósitos judiciais e fiscais	9	(778)	(250)
Outros ativos	7	(8.267)	-
Aumentos (Reduções) dos passivos operacionais		(13.099)	(16.624)
Fornecedores		(14.487)	(198)
Salários a pagar		380	-
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.796	(6.931)
Provisões para ações judiciais	14	392	-
Outros passivos		(1.180)	(9.495)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		(59.298)	(11.100)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		2.247	(13.152)
Aquisição de imobilizado	10	(2.247)	(13.152)
Aquisição de intangível	11	(8)	(30)
Remensuração de arrendamento	13	5.917	-
Outro crédito a receber		-	(6.221)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	15	52.000	-
Fluxo de caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimento		55.662	(19.403)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		13.500	76.600
Aumento de capital		-	(6.155)
Arrendamentos pagos - principal	13	-	-
Arrendamentos pagos - juros	13	(7.169)	-
Empréstimos e financiamentos - principal pago		(216)	(41.550)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos		-	(12.388)
Outros		-	12.781
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		6.115	29.288
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		2.479	(6.215)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1.191	9.406
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		3.670	1.191

tida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. • **2.10 Intangível:** As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Hospital, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo. • O software pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software. • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. • **2.11 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (lí

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA LIFECENTER SISTEMA DE SAÚDE S.A. - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Expresso em milhares de Reais)

cebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. (ii) Passivo de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. (iii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.13 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14 Obrigações trabalhistas e sociais:** Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do exercício e nas demonstrações financeiras. De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais. **2.15 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Operadora espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.16 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos ocorridos; (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) O valor pode ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigação como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação mencionada com qualquer item individual incluindo na mesma classe de obrigação seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a que reflète as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. No que se refere às provisões relacionadas aos riscos tributários, cíveis e trabalhistas, a avaliação da probabilidade de desembolso de caixa inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.18 Reconhecimento de receita:** (a) **Receita com prestação de serviços:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.19 Reconhecimento da despesa:** A despesa são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

	31 de dezembro de 2023	2022
A vencer:	310	310
De 1 a 30 dias	4.398	4.398
Acima de 30 dias	-	-
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	10.398	10.398
De 31 a 90 dias	4.490	4.490
Acima de 90 dias	15.605	6.125
	35.201	(9.480)
		25.721
Saldo		(9.480)
Perda de recuperabilidade sobre créditos		25.721
Saldo líquido		16.241

	31 de dezembro de 2023	2022
A vencer:	3.271	3.271
De 1 a 30 dias	-	-
Acima de 30 dias	-	-
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.616	3.616
De 31 a 90 dias	332	332
Acima de 90 dias	16.672	1.270
	23.891	(15.402)
		8.489
Saldo		(15.402)
Perda de recuperabilidade sobre créditos		8.489
Saldo líquido		6.913

	31 de dezembro de 2023	2022
Saldo no início do exercício	7.495	12.025
Saldo adquirido	-	(4.758)
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	129.307	-
Co-participação	-	175.554
Recebimentos	(114.012)	(168.824)
Provisão glosa esperada	(943)	(3.939)
(Reversão)/Provisão para perda sobre crédito	3.874	(1.568)
Saldo no final do exercício	25.721	8.489

	31 de dezembro de 2023	2022
Ativos indenizatórios (i)	14.939	-
Outros (ii)	2.961	9.668
	18.879	10.612
Circulante	3.465	995
Não Circulante	15.414	9.617

8. IMPOSTO DIFERIDOS

	31/12/2022	Reconhecido na demonstração do resultado	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social:			
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:			
Provisões para ações judiciais	26	77	104
Provisão para perdas sobre crédito	4.986	(1.433)	3.553
Direito de uso	2.261	502	2.763
Outras adições	604	(1.482)	(878)
Saldo	7.878	(2.336)	5.542
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:			
Correção monetária de depósitos judiciais	56	87	143
Impostos diferidos passivos	56	87	143
Total do imposto diferido líquido	7.822	(2.249)	5.399
Realização dos créditos Tributários:			
2024	-	-	540
2025	-	-	540
2026	-	-	540
2027	-	-	540
2028	-	-	540
Acima de 5 anos	-	-	2.699
			5.399

	31 de dezembro de 2023	2022
Os tributos incidentes sobre o (prejuízo)/lucro do exercício são demonstrados como segue:		
Prejuízo antes dos impostos	(32.527)	(20.968)
Alíquota fiscal de 34%	11.059	7.129
Despesas Indedutíveis	(1.473)	(7.171)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(10.949)	86
Outras exclusões (adições) permanentes	(880)	2.556
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	(2.243)	2.600
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	177	2.777
Crédito/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(2.420)	(1.177)
Alíquota efetiva	-7%	12%

	31/12/2021	Adição/baixas depósitos	Atualizações	31/12/2022
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS				
Trabalhista	581	762	144	1.487
Cíveis	810	16	103	929
	1.391	778	247	2.416
	31/12/2021	Adição/baixas depósitos	Atualizações	31/12/2022
Trabalhista	-	556	25	581
Cíveis	1.005	(360)	165	810
	1.005	196	190	1.391

	31/12/2022	Adição	Remensuração	Transferência	Depreciações	31/12/2023
10. IMOBILIZADO						
A movimentação do imobilizado durante os exercícios de 2023 e 2022 está sumarizada da seguinte forma:						
	31 de dezembro de 2023	2022				
Imposto de renda	483	360				
Contribuição social sobre o lucro	330	124				
Imposto de renda retido na fonte	213	166				
Crédito de previdência social	-	9				
Créditos de PIS e COFINS	71	-				
Crédito de ISS	194	299				
	1.291	958				
Circulante	1.291	958				

	31 de dezembro de 2023	2022
16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE SERVIÇOS		
Prestação de serviços médico-hospitalar	129.307	175.700
Outras prestações de serviços	-	7.282
(-) Glosa sobre serviços médico-hospitalar	(943)	(3.939)
(-) Serviços Cancelados	-	(146)
Receitas de serviços prestados	128.364	178.897
(-) Tributos diretos de prestação de serviços médico-hospitalar	(8.863)	(11.556)
Impostos sobre serviços prestados	(8.863)	(11.556)
Receitas líquidas de serviços prestados	119.501	167.341

	31 de dezembro de 2023	2022
17. CUSTOS E DESPESAS		
Custos dos serviços prestados	-	(168.879)
Depreciações e amortizações	(3.624)	-
Depreciação direito de uso	(3.489)	-
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	(150.021)	-
	(157.134)	(168.879)

	31 de dezembro de 2023	2022
18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Pessoal	(204)	-
Serviços de terceiros	(114)	-
Localização e funcionamento	(157)	-
Tributos	(79)	-
Provisão para contingências	3.517	-
Outras	(3.392)	(12.386)
	(429)	(12.386)

	31 de dezembro de 2023	2022
19. REVERSÃO/CONSTITUIÇÃO DE PERDA PARA RECUPERABILIDADE SOBRE CRÉDITOS		
Reversão/Constituição de perda para recuperabilidade sobre créditos	3.874	-
	3.874	-

	31 de dezembro de 2023	2022
20. RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas com aplicações financeiras ¹	1	208
Juros recebidos	17	28
Varição monetária ativa	1.604	1.212
Descontos obtidos	4	28
	1.626	1.476
Juros financeiros debêntures	(19)	(106)
Varição monetária passiva	(170)	-
Multas e juros	(56)	(509)
Tarfas bancárias	(46)	(24)
Descontos concedidos	(2)	(3.294)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.158)	(4.522)
Juros arrendamentos	(85)	(66)
Outras despesas	(5.536)	(8.521)
	(3.910)	(7.045)

21. COBERTURA DE SEGURO
A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros que considera, principalmente a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15.402)	(15.402)
Constituições	(7.445)	(7.445)
Reversões	13.367	13.367
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(9.480)	(9.480)

7. OUTROS ATIVOS

	31 de dezembro de 2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.476)	(2.476)
Saldo adquirido	(4.758)	(4.758)
Constituições	(3.616)	(3.616)
Reversões	(4.552)	(4.552)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15.402)	(15.402)

11. INTANGÍVEL

	31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2023
Softwares	479	8	(6)	(223)	259
	479	8	(6)	(223)	259

12. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31 de dezembro de 2023	2022
Saldo no início do exercício	50.946	52.535
Saldo adquirido	-	44
Atualizações contratuais	-	4.522
Amortização	-	(6.155)
Remensurações	5.917	-
Juros incorridos	5.158	-
(-) Pagamento de juros	(7.170)	-
Saldo no final do exercício	54.851	50.946
Circulante	1.804	1.608
Não circulante	53.048	49.338

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	31 de dezembro de 2023	2022
Saldo no início do exercício	50.946	52.535
Saldo adquirido	-	44
Atualizações contratuais	-	4.522
Amortização	-	(6.155)
Remensurações	5.917	-
Juros incorridos	5.158	-
(-) Pagamento de juros	(7.170)	-
Saldo no final do exercício	54.851	50.946
Circulante	1.804	1.608
Não circulante	53.048	49.338

14. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

	31/12/2022	Provisão/reversão	Pagamentos	Atualização	31/12/2023
Tributárias	1	(1)	-	-	-
Trabalhista	2.899	(411)	(330)	284	2.442
Cíveis	536	(157)	(62)	87	404
	3.436	(569)	(392)	371	2.846

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

-★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DA LIFECENTER SISTEMA DE SAÚDE S.A.

Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de

auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 08 de março de 2024. **Grunitzky - Auditores Independentes S/S** - CRC PR-004.552/O-5 S/MG - CVM 7862; **Moacir José Grunitzky** - CRC PR-025.759/O-1 S/MG - CNAI 514.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5B5C-ED48-4701-7B45> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5B5C-ED48-4701-7B45



Hash do Documento

dRNR05jG6GVT0MX1PuggrcOuSQF3ZwkxyJNaNhCmy+w=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 26/04/2024 22:21 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

